



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002593-48.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Compromisso**
Requerente: **SUELI DE AQUINO**
Requerido: **RODRIGO JOSÉ DO NASCIMENTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

O documento de fls. 10/12 demonstra que o réu foi condenado no âmbito criminal, dentre outros aspectos, a pagar à autora a quantia de R\$ 6.000,00 por danos que lhe causou ao atear fogo em uma motocicleta de sua propriedade.

Não se estabeleceu dúvida a esse propósito, extraindo-se dos autos que a obrigação foi cumprida parcialmente.

O réu em contestação teceu considerações sobre o que teria restado do veículo, além de realizar proposta de acordo não aceita pela autora.

Quanto às primeiras, não lhe assiste razão porque o r. decisório que alicerçou a pretensão deduzida silenciou sobre a entrega de algo pela autora ao réu.

No mais, a dívida é incontroversa, impondo-se a condenação do réu à sua satisfação, até porque nenhum argumento concreto foi alinhado para lançar dúvida a esse propósito.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 2.181,68, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**